



OPOSIÇÃO CORPORIFICADA: A PRESENÇA DE EDNA COSTA NA POLÍTICA RECIFENSE COMO UMA RUPTURA SISTÊMICA

Maria Helena Bandeira Alves

Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP

maria.00000849231@unicap.br

RESUMO: Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa acerca da trajetória da ex-vereadora da Câmara Municipal do Recife, Edna Costa, e de sua inserção no campo político. Parte-se da compreensão de que a presença de mulheres negras na política é atravessada por violências estruturais de gênero e raça, o que torna sua permanência nesses espaços um ato de resistência e ruptura com o sistema. O objetivo da pesquisa é analisar como a trajetória de Edna Costa evidencia assimetrias de gênero e práticas sexistas utilizadas para deslegitimar sua atuação. Baseou-se na análise de seu relato oral, buscando compreender como a própria Edna ressignificou episódios de violência vivenciados durante seus mandatos, articulando essa narrativa a manchetes do Diário de Pernambuco, encontradas na Hemeroteca Digital, ao seu acervo pessoal e às suas publicações em redes sociais (Facebook, Instagram e YouTube). Esse cruzamento de fontes permitiu identificar a persistência de discursos e práticas que buscavam silenciar sua presença na política institucional. Os resultados indicam que suas legislaturas, entre 1982 e 1996, período que coincide com o fim da ditadura militar e a transição para a redemocratização no Brasil, foram marcadas por violências físicas, morais e psicológicas usadas como mecanismos de deslegitimação política. No entanto, tais práticas hostis impulsionaram Edna a propor e defender políticas voltadas à garantia dos direitos das mulheres, destacando que sua atuação rompe com a norma patriarcal que define quais corpos e gêneros podem ocupar o espaço político. Como embasamento teórico-metodológico, mobilizamos as reflexões de bell hooks acerca das experiências de mulheres negras e dos preconceitos socioculturais que estruturam a sociedade; os estudos de Judith Butler, para compreender as relações entre poder, política e performatividade de gênero; e, por fim, a metodologia de Alessandro Portelli, a fim de reconhecer a História Oral como fonte principal do estudo e suas nuances interpretativas.

Palavras-chave: Violência política de gênero. Corpo e poder. Deslegitimação Política.

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo compreender como a violência política de gênero, entendida como uma ferramenta utilizada para dificultar a entrada e a permanência de mulheres na política, permeou as legislaturas da ex-vereadora da Câmara Municipal do Recife, Edna Costa. A pesquisa adota como marco temporal os mandatos exercidos entre 1982 e 1996, período que coincide com o fim da ditadura militar e a transição para a redemocratização no Brasil. A partir dessa perspectiva, busca-se investigar as formas pelas quais o machismo se manifestava nas dinâmicas do espaço político, bem como as relações de poder estruturadas com base nas hierarquias de gênero impostas pela sociedade da época.

Contudo, é importante destacar que o debate em torno da violência política de gênero ganha força apenas a partir da década de 1990, quando a violência de gênero, incluindo a violência sexual, passou a ser reconhecida internacionalmente como uma violação específica dos direitos humanos. Nesse contexto, a legislação brasileira, por meio da Lei nº 14.192/2021, define como violência política de gênero qualquer ato, conduta ou omissão que tenha como objetivo impedir, dificultar ou restringir o exercício dos direitos políticos de uma mulher, seja ela candidata, eleita ou ocupante de cargo público. Embora seja uma formulação recente, essa definição fornece uma base conceitual importante para compreender práticas de violência política de gênero que já estavam presentes no cenário brasileiro em décadas anteriores.

Nesse cenário de transformações políticas e sociais no Brasil, a trajetória de Edna Costa representa um exemplo emblemático de resistência e atuação feminina no espaço político. Para isso, a análise desse estudo foi construída a partir de uma entrevista realizada com a ex-vereadora, que serviu como principal fonte histórica para compreender sua trajetória e sua inserção no contexto político pernambucano, articulada com outras fontes históricas, como jornais, acervo pessoal da ex-vereadora, sobretudo, publicações em seu canal no YouTube, perfis no Instagram e Facebook.

Cabe ressaltar, conforme a ideia proposta por Portelli (1997), que as fontes orais não são utilizadas pelo historiador apenas com a função de preservar o passado, mas também de revelar como a memória desse passado é ressignificada e modificada pelo indivíduo a partir de suas vivências. Nesse sentido, o depoimento de Edna contribui para compreender de que forma as violências sofridas por ela durante seus mandatos moldam o presente e influenciam o futuro. Durante o encontro, que teve duração aproximada de uma hora, foi possível perceber de maneira mais concreta essas ressignificações, identificando as formas pelas quais machismo se manifestava nas dinâmicas do espaço político e social que atravessaram sua trajetória de vida.

Assim, a entrevista possibilita que o testemunho oral da ex-vereadora não seja apenas um reflexo da realidade vivenciada por mulheres ao longo do tempo no âmbito político, mas também um espaço de escuta que transforma essa narrativa em um registro histórico. Desse modo, amplia-se a voz de uma minoria historicamente excluída, articulando as informações obtidas e promovendo sua inclusão no espaço acadêmico, com o propósito de difundir essa realidade e contribuir para a conscientização sobre a violência política de gênero.

O racismo, enquanto forma de violência simbólica e estrutural, juntamente com a violência política de gênero, atravessa a trajetória de Edna. Cabe ressaltar, conforme propõe bell hooks, que “as mulheres negras não são silenciosas, suas vozes podem ser ouvidas” (HOOKS, 2019, p. 26). Assim, este estudo não tem o objetivo de lhes “dar voz”, mas de compartilhar uma vivência, reconhecer uma luta e direcionar uma fala que possa ser efetivamente ouvida.

No campo dos estudos de gênero, Judith Butler (2022) contribui para compreender como as regulações de gênero institucionalizadas são incorporadas e vividas pelos indivíduos que sofrem com sua imposição. Nesse contexto, a presença de Edna Costa na Câmara é percebida como fora de uma normatividade social estabelecida e não segue o padrão de comportamento esperado pela sociedade, sendo, por isso, frequentemente hostilizada e tendo sua autoridade deslegitimada. A análise, assim, evidencia essas normas, evitando naturalizar práticas sociais reguladas.

Dessa forma, compreender a trajetória de Edna Costa não apenas contribui para o debate sobre a presença das mulheres na política, mas também permite refletir sobre as estruturas de poder que ainda hoje sustentam práticas discriminatórias. O estudo, portanto, busca ampliar o entendimento sobre como gênero e raça interagem na constituição de trajetórias políticas femininas, sobretudo em contextos marcados por desigualdades históricas.

Metodologicamente, este trabalho se fundamenta na história oral e na análise de fontes documentais e audiovisuais, articulando memória e narrativa como instrumentos de construção do conhecimento histórico. A partir dessa base, a pesquisa se organiza em três eixos: o primeiro apresenta aspectos da vida pessoal e política de Edna Costa; o segundo analisa as experiências e desafios enfrentados por Edna Costa durante suas legislaturas; e o terceiro discute os significados de sua trajetória à luz das teorias de gênero e raça.

1 EDNA COSTA: TRAJETÓRIA E INSERÇÃO NA POLÍTICA RECIFENSE

Edna Maria Costa nasceu em 12 de abril de 1954, no bairro de Água Fria, na zona norte da cidade do Recife, mais precisamente no Córrego de São Sebastião, onde viveu sua infância marcada por uma cultura popular efervescente. Filha de um bairro de forte tradição comunitária e de expressiva participação popular, Edna cresceu em meio às manifestações culturais e religiosas que

caracterizam a zona norte do Recife, experiências que moldaram sua visão de mundo e contribuíram para sua futura inserção na política local.

Figura 1: Edna Costa



Fonte: Hora do Povo, 2020.

Foi uma infância muito boa, infância de correr na rua, de ter brincadeiras e tudo mais. Naquela época, a cultura popular, muito forte em Água Fria, tinha a laúça, tinha bumba meu boi, tinha blocos carnavalescos, tinha também muitos terreiros, igrejas católicas; enfim, era uma riqueza muito grande, e eu vivenciei tudo isso. Quando era criança, já tinha o partido comunista, que eu lembro que minha vizinha chamava todos os vizinhos para ir a essa reunião, mas eu só tinha cinco anos, não podia ir; já tinha vontade de participar. (Edna Maria Costa, 2025).

Assim, o contato inicial da ex-vereadora com o Partido Comunista se dá num período em que o partido enfrentava grande repressão para atuar. Embora ainda não pudesse participar dessas discussões por ter apenas cinco anos, Edna já demonstrava interesse por debates políticos, algo comum entre os jovens militantes da época, influenciados pela Revolução Cubana. Em janeiro de 1959, Fidel Castro assumiu o poder em Cuba e deu início ao regime socialista, um acontecimento que teve profundas repercussões no Brasil.

Em seu testemunho oral, Edna relata que, ainda jovem, teve seu primeiro contato com os ideais machistas dentro de casa, enfrentando conflitos com seu pai, Pedro, cujos comportamentos já se mostravam evidentes desde o casamento com sua mãe, Maria Alice, conhecida como Dona Lia, quando ela tinha apenas 15 anos, e ele não permitiu que ela continuasse trabalhando como operária, tornando-se doméstica, no tempo em que ele era funcionário público. Tais práticas machistas se estenderam a ela, moldando experiências e relações familiares marcadas por desigualdades de gênero.

muito difícil, porque ele tinha outro pensamento. Briguei muito. Foi com ele, mas depois, quando fiquei adulta e na adolescência, houve muitos atritos, porque eu queria estudar, entrar na faculdade, não queria casar, e ele achava que o caminho certo era o casamento, tinha que casar; e eu não queria casar e dizia: 'se casar for atrapalhar os estudos, eu não queria casar. (Edna Maria Costa, 2025).

Percebe-se que a tentativa de limitar os sonhos de Edna ao casamento demonstra que seu pai possuía um imaginário idealizado sobre as noções de práticas ligadas ao feminino, assim como propõe Judith Butler: “a norma governa a inteligibilidade, permite que certos tipos de práticas e ações se tornem reconhecíveis como tal, impondo uma grade de

legibilidade ao social e definindo os parâmetros do que vai e do que não vai aparecer dentro do domínio social” (BUTLER, 2022, p. 76). No entanto, ela não concordava em abrir mão dos estudos e seguia em busca de seus objetivos agindo fora dessa visão normativa de feminilidade.

Ela cursou o primário na Escola Marcelino Champagnat, situada no bairro de Tejipió, na cidade do Recife, e o secundário na Escola de Referência em Ensino Médio Joaquim Nabuco, localizada na Rua Imperial, no bairro de São José, também no Recife. O contato que teve com os animais no sítio da família materna, em Pesqueira, durante a infância, despertou seu interesse pela área de Medicina Veterinária, curso para o qual prestou vestibular e ingressou na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

Contudo, a escolha da faculdade levou em consideração diversos fatores, entre eles a tentativa de controle exercida por seu pai. Ele desejava que Edna se tornasse professora ou médica pediatra, profissões socialmente vistas como femininas e adequadas às normas de gênero da época. Como forma de confrontar essa imposição, Edna optou por cursar Medicina Veterinária. Nesse sentido, o gênero é utilizado por ela como um mecanismo de ruptura com o padrão de performatividade imposto, transgredindo as normas que estabeleciam limites à participação feminina em determinados espaços.

Sua entrada na universidade despertou o desejo de adquirir conhecimento, mas ela logo se frustrou com o ambiente acadêmico, que apresentava uma infraestrutura precária, com a ausência de laboratórios e aulas práticas. Além disso, o curso que ela escolheu era marcado por uma visão machista, composto por uma turma com apenas duas mulheres além dela, e com uma clara tendência a privilegiar os homens nas aulas práticas. Esses fatores contribuíram ainda mais para sua perda de motivação em continuar no curso. Em 1977, ocorreu a primeira greve após o golpe de 1964, que lutava pelo direito dos estudantes de terem cursos de férias, e foi nesse momento que Edna se engajou nos movimentos sociais, produzindo cartazes como forma de protesto.

Fiz Veterinária. Aí, depois que eu entrei no curso de Veterinária, entrei cheia de sonhos, achando que ia aprender tudo e tal. Aí não tinha laboratório, não tinha aulas práticas, as aulas eram só castrar as cadelas de rua. Então a gente foi, assim, perdendo a motivação. Aí eu tive vontade de sair do curso, mas entrei e comecei a atuar no movimento estudantil. (Edna Maria Costa, 2025).

Sua luta como uma das lideranças estudantis que integrou o Diretório central de estudantes (DCE) permitiu a conquista dos cursos de férias, o aumento e melhoria do bandeirão, hoje conhecido como restaurante universitário. Durante esse período, Edna também teve contato com o teatro, e junto aos colegas, conseguiu que os estudantes pudessem realizar atividades teatrais segundo Augusto Boal, ou seja, o teatro como resposta às questões sociais; o teatro como meio de analisar conflitos e apresentar alternativas.

Embora tenha ingressado no curso de Medicina Veterinária, ela interrompeu a graduação antes de concluí-la. Em seguida, ingressou na Universidade Católica de Pernambuco, onde iniciou o curso de Sociologia, mas abandonou a graduação após um período, pois estava intensamente envolvida em passeatas e mobilizações contra a ditadura militar, o que dificultou sua disponibilidade para estudar.

Seu envolvimento na luta pelos direitos das mulheres está intrinsecamente relacionado à sua trajetória de vida, marcada pela realidade de um pai extremamente machista, que condicionava a mãe ao papel de educar os filhos. Esse contexto foi seguido pela sua entrada em um curso majoritariamente formado por homens, em uma área na época ligada à masculinidade. Essas vivências a impulsionaram na fundação de um movimento de mulheres chamado de Federação das Mulheres de Pernambuco, junto a Leila Abreu e outras ativistas em 1930, mas em 1964, foi perseguida e extinta pela ditadura militar, sendo reaberto em 1982 com o objetivo de lutar pelos direitos das mulheres.

Durante seus anos de militância, foi eleita líder comunitária da FMPE e, mais tarde, tornou-se presidente da federação. Também foi vereadora do Recife por três mandatos (1985-1996) pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Em 2012, candidatou-se a prefeita do Recife pelo Partido Pátria Livre (PPL). Além disso, Edna foi professora na educação básica na rede pública do Recife, contribuindo para a formação de gerações de estudantes. Atualmente, é Diretora Nacional da Confederação das Mulheres do Brasil, Membro do Comitê Central do PCdoB e integra a Executiva Estadual.

No decorrer do seu mandato como vereadora, Edna tornou-se mãe de dois meninos, Pedro Ivo e Fernando Rocha. Junto com a maternidade, surgiram as dificuldades de conciliar a criação dos filhos com as demandas da política. Nesse contexto, ela os matriculou na escola e contratou uma profissional para cuidar das crianças durante sua ausência, pois viajava bastante. Em alguns momentos, chegou a levá-los para a Câmara, e, mesmo com o pouco tempo disponível, se fazia presente na vida dos filhos.

Sua vida pessoal está intimamente ligada à sua trajetória política, inclusive no que diz respeito ao casamento. Edna foi casada duas vezes, mas ambos os relacionamentos não foram

bem-sucedidos, pois tentavam limitar sua militância. Desde jovem, ela sempre buscou estudar e conquistar sua independência, preferindo se destacar por conta própria.

2 EXPERIÊNCIAS DE VIOLÊNCIA E RESISTÊNCIA NO ESPAÇO POLÍTICO

Edna Costa expõe marcadores sociais importantes, enquanto mulher negra, periférica e de classe baixa, que evidenciam a interseccionalidade presente em sua trajetória e constituem a identidade que orientou as pautas por ela priorizadas ao longo de seus três mandatos como vereadora do Recife. Esses mesmos ideais também resultaram em violências simbólica, moral e física sofridas por Edna.

Tinha vereadores no nível assim, que eu fui espancada duas vezes no plenário da Câmara, arrancada da tribuna, e levando chave de braço com cara de quase 2 m. Outro vereador, porque eu estava defendendo na época a democracia, e o outro jogou uma cadeira daquelas grandes, eu falando na tribuna, daquelas pesadas, de madeira antiga, e por pouco não fui atingida, porque me abaixei. Ninguém fez nada, a própria imprensa ficou assim, abafou. (Edna Maria Costa, 2025).

Nesse trecho do relato, evidencia-se a vulnerabilidade do corpo da ex-vereadora, um corpo que não será protegido por outro sujeito. Segundo Judith Butler, isso ocorre porque o combate à opressão se manifesta de formas distintas, a depender das relações de poder e das condições sociais que atravessam cada corpo. Nesse sentido, é interessante observar que, a partir de sua entronização na Câmara dos Vereadores, Edna passa a romper com a noção de normatividade que estrutura a política marcada pelo contexto da ditadura militar, um pensamento que reforçava a ideia de que mulheres negras em espaços de poder representam um desafio físico e simbólico aos sujeitos considerados normativos.

Nessa perspectiva, os vereadores envolvidos nas violências físicas sofridas por ela tentam justificar suas atitudes, como relata no trecho a seguir: “Então, inventaram que eu tinha dito que o homem não era homem, que o vereador não era homem. Nem disse nada disso. Estava falando da democracia, eles eram da extrema direita. E, mesmo que eu tivesse dito, ele não podia me agredir daquela maneira, ele não tinha esse direito.” (Edna Maria Costa, 2025). Esse discurso carrega sua subjetividade e os sentimentos provenientes de sua vivência.

De acordo com Alessandro Portelli, “fontes orais podem não adicionar muito ao que sabemos, por exemplo, sobre o custo material de uma greve para os trabalhadores envolvidos; mas contam bastante sobre seus custos psicológicos” (PORTELLI, 1997, p. 199). Assim, a colocação de Edna demonstra seu sentimento de indignação diante da acusação feita e a violência sofrida e revela

tanto a dimensão emocional da experiência quanto a ação que ela gostaria de ter tomado naquele momento.

Esses acontecimentos elucidam o pensamento de Edna Costa, pois ela percebe que a luta das mulheres precisava ser cada vez mais firme. O ambiente político era um espaço no qual uma mulher não conseguia erguer sua voz e defender uma ideia quando esta contrariava a posição de um homem. Em resposta, eles se mostravam hostis às figuras femininas que se recusavam a ocupar uma posição inferior. Afinal, “quando as mulheres não afirmam o seu estatuto masculino assumindo o papel de subordinadas, eles expressam o desprezo e a hostilidade que lhes foi ensinado sentir em relação às mulheres não-submissas.” (bell hooks, 2014, p. 114).

Uma questão relevante a ser observada é como as normas sociais são utilizadas como instrumento de violência moral e simbólica, consequência de um sistema sexista no qual o corpo masculino detém o poder de privar e limitar outros corpos, como os de mulheres e demais dissidências de gênero que rompem com esse ideal generificado, de atuarem na política.

Durante o período da ditadura militar, as mulheres desenvolveram diversas formas de resistência, e, ao longo dos mandatos de Edna, não foi diferente. A participação em movimentos estudantis e as mobilizações populares, na tentativa de derrubar o regime militar, são exemplos de ações ativas que eram duramente reprimidas, pois significavam a ruptura com o papel tradicional que às mulheres era socialmente atribuído.

Eles saíam todos para almoçar juntos e, ali, fechavam as propostas. Eu, por ser mulher, nunca era chamada. Percebia que tudo já vinha pronto, e eu não participava de nada. Um dia, questionei: “Por que vocês saem, decidem tudo, e eu não sou chamada?”. Um dos vereadores respondeu: “Sabe por que a gente não chama? Porque você é mulher”. E ainda disse, em tom de deboche: “Se a gente for te chamar, vai ter que pagar o teu almoço”. Eu respondi: “Ué, eu sou vereadora, pago o meu!”. Mesmo assim, ele continuou insinuando coisas de duplo sentido. Era esse tipo de ambiente: as mulheres eram sempre deixadas de lado. (Edna Maria Costa, 2025).

O trecho acima evidencia como a presença corporificada da ex-vereadora na Câmara dos Vereadores do Recife demonstra uma oposição às normas, ao revelar sua instabilidade e ao abrir caminhos para a resignificação das noções contemporâneas de performatividade associadas às mulheres, pois a resistência dela em aceitar ser inferiorizada evidencia um gesto político de contestação. Como afirma Judith Butler, “como corpos, somos sempre a favor de algo mais, de algo diferente de nós mesmos. Articular isso como um direito nem sempre é fácil, mas talvez não seja impossível” (BUTLER, 2022, p. 50).

Nesse sentido, esse contexto evidencia que o corpo possui uma dimensão pública e demonstra que o gênero opera como um eixo de inteligibilidade que torna esse corpo vulnerável e dependente de outros corpos que exercem poder sobre ele, sendo, assim, politicamente deslegitimado por uma sociabilidade que não o reconhece nem reconhece seus direitos, ao mesmo tempo em que afirma seu poder de violentar.

No meu gabinete, liguei para o ministério; o presidente era Sarney na época. Eu queria falar sobre o Programa do Leite, pois pretendia levar esse programa às mulheres da periferia do Recife. Era um projeto importante, que ajudaria muitas crianças em situação de necessidade. Quando me apresentei como vereadora Edna Costa, a secretária ficou admirada e marcou uma audiência com o ministro. Ao chegar, ela me olhou surpresa e perguntou: “Você é o quê de Edna Costa?”. Eu respondi: “Eu sou Edna Costa”. Ela ficou espantada e perguntou novamente: “Mas você é vereadora de onde mesmo?”. Respondi: “Do Recife”. Ainda assim, ela insistiu: “Mas Recife fica em que cidade?”. Eu disse: “Recife é a capital de Pernambuco”. Ela me olhava de cima a baixo, completamente espantada. (Edna Maria Costa, 2025).

Nesse momento, a pergunta feita à entrevistada referia-se às formas pelas quais ela lidava com o racismo e o machismo estruturais dentro e fora da Câmara, sendo esse um episódio de discriminação velada que materializa a reflexão de bell hooks acerca de como a estrutura sexista impede que mulheres brancas, como a secretária, ocupem posições de poder, “mas não impediu as mulheres brancas de absorver, apoiar e defender a ideologia racista ou agir individualmente como opressoras racistas nas várias esferas da vida americana” (hooks, 2014, p. 138).

É relevante destacar que toda essa situação foi gerada pela iniciativa da ex-vereadora em impulsionar um programa que beneficiaria mulheres negras e periféricas, revelando que sua atuação política na Câmara está intrinsecamente vinculada à sua trajetória de vida, enquanto mulher periférica que reconhece as dificuldades enfrentadas por esse grupo social, as quais são fruto de um sistema opressor que marginaliza e negligencia.

Nesse sentido, conforme enfatiza bell hooks, “os clubes de mulheres negras e as organizações eram potencialmente mais feministas e radicais na natureza do que os clubes de mulheres brancas devido à diferença de circunstância criada pela opressão racista”. (hooks, 2014, p. 184). Assim, a ação política da ex-vereadora pode ser compreendida como uma prática construída a partir de experiências de opressão racial, de gênero e classe, que orientam uma atuação comprometida com a transformação das condições materiais e simbólicas de vida de mulheres historicamente marginalizadas.

Em síntese, de acordo com Alessandro Portelli, é impossível extrair uma memória perfeita sobre determinados eventos a partir do relato de um indivíduo, pois “o narrador descreve muito

vividamente como sua mente trabalhava antes de alcançar sua atual consciência e então julgar seu próprio passado pelas normas atuais de sua consciência política e religiosa” (PORTELLI, 1997, p. 34). No entanto, o acionamento dessas memórias evidencia a subjetividade presente na narrativa quando essa fonte oral entra em contraste com outras fontes históricas. É nesse processo que aspectos importantes sobre o entrevistado são revelados, como sua posição socioeconômica e, neste caso específico, a consciência política e social da ex-vereadora na construção desse passado marcado por elementos sexistas e racistas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência política de gênero constitui a materialização de um sistema político patriarcal e opressor. De acordo com Judith Butler, essa violência incide sobre indivíduos cujas vidas são consideradas desumanas, o que opera como uma tentativa de justificar violências que se tornam normalizadas e já se encontram em curso no interior da cultura social. O relato da ex-vereadora revela, ainda, que combater a opressão implica compreender que a posição de poder ocupada por um sujeito é determinante para que determinada luta encontre ou não apoio. Em diversos momentos de sua fala, é possível identificar que ela ocupa o lugar de uma vida não plenamente reconhecida como digna de luto e, portanto, não considerada merecedora de proteção frente às suas reivindicações.

Segundo bell hooks, o compartilhamento de ideais sexistas funciona como um instrumento para retirar o caráter culposos das ações dos homens, inclusive das violências dirigidas a Edna; desse modo, tais ideais incentivam a continuidade dessas práticas. A teórica estadunidense afirma, ainda, que a violência contra as mulheres é difundida pelo capitalismo patriarcal, que incentiva os homens a se perceberem em uma posição de privilégio. A ditadura militar brasileira, período que coincide com os três mandatos da ex-vereadora, consolidou esse modelo e aprofundou a repressão às mulheres, o que se evidencia nas vivências de Edna.

Em suma, todas essas análises são construídas a partir do olhar subjetivo de Edna Costa, mas, conforme afirma Alessandro Portelli, é justamente por meio dessa subjetividade que se torna possível narrar a história a partir de uma perspectiva não hegemônica. Trata-se da voz de uma minoria historicamente silenciada, que encontra poucos espaços para direcionar sua fala e ser efetivamente compreendida. Nesse caso, a narrativa de Edna Costa revela a experiência de uma mulher negra, pobre e periférica, cuja trajetória política e social evidencia as estruturas de opressão que atravessam sua vivência.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. Desfazendo gênero. Tradução de Alexia Bretas, Ana Luiza Gussen, Beatriz Zampieri, Gabriel Lisboa Ponciano, Luis Felipe Teixeira, Nathan Teixeira, Petra Bastone e Victor Galdino et al. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

BUTLER, Judith. Corpos que importam: sobre os limites discursivos do "sexo". Tradução de Veronica Daminelli e Daniel Yago Françoli. São Paulo: n-1 edições, 2019.

COSTA, Edna Maria [71 anos]. [Jan,2025]. Entrevistadora: Maria Helena Bandeira Alves. Recife, PE, 11 jan. 2025.

HOOKS, bell. Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra. Trad. Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, bell. E eu não sou uma mulher?: mulheres negras e feminismo. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 2019a.

Hora do Povo. Edna Costa: "Visita de Bolsonaro a São José do Egito já era um deboche" . 2020. Figura 01. Disponível em: <https://horadopovo.com.br/edna-costa-conta-como-bolsonaro-foi-corrido-da-terra-dos-poetas/> . Acesso em: 14 dez. 2025.

PORTELLI, Alessandro. História Oral como arte da escuta. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. In: PROJETO HISTÓRIA. São Paulo. Fev. 1997.

RECIFE. Câmara Municipal do Recife. Legislaturas. Recife. Disponível em: <https://www.recife.pe.leg.br/vereadores/legislaturas-anteriores>. Acesso em: 5 out. 2023.

UOL. Edna Costa. Eleições 2012. Disponível em: <https://www.uol.com.br/eleicoes/2012/candidatos/2012/prefeito/pe/12041954-edna-costa.htm>. Acesso em: 26 mar. 2025.